

## O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O PROCESSO ATUAL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA NO ESTADO DE GOIÁS

Jonny Francisco Inácio<sup>1</sup>  
Suzy Gomes Antunes<sup>2</sup>  
Giselia Lima Carvalho<sup>3</sup>

Este trabalho buscou realizar uma análise das políticas públicas para o Turismo no estado de Goiás com foco no processo de descentralização e nas instâncias de governança. Pretendeu-se identificar o processo atual de institucionalização das instâncias de governança do estado de Goiás e verificar seus principais gargalos. Sabe-se que o processo de descentralização começou a ser implantado no turismo no Brasil a partir de meados de 1990, com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e seguiu-se estruturando com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), a partir de 2003. Assim, os estados deveriam se organizar em regiões para trabalhar em forma de consórcios. Quanto à institucionalização das instâncias de governança para o PRT no estado de Goiás, a principal função é a de coordenar o programa em nível regional e os formatos que se sucederam foram os de fórum, conselho, associação e agência de desenvolvimento. Mas o modelo mais comum e que perdurou foi o de fórum, sendo alguns mais atuantes (Região Pegadas do Cerrado, Região das Águas Quentes, Região do Lago do Paranaíba); outros nem tanto (Região Ouro e Cristais, Região Negócio e Tradições, Região Vale do Araguaia); outros ainda nem foram institucionalizados (Região de Serra da Mesa e da Região Águas e Cavernas do Cerrado); outro foi recém-criado (Consórcio intermunicipal Região da Estrada de Ferro) e outro foi desativado (Região da Chapada dos Veadeiros). Para esta análise, usou-se, como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa primária como entrevistas para os gestores públicos da Goiás Turismo. As conclusões confirmaram que os maiores gargalos da Regionalização e da Gestão Compartilhada identificados no estado de Goiás dizem respeito à diminuição de destinos, ao formato de fórum, à insuficiência de recursos, à falta de autonomia dessas instâncias, à pouca participação de representantes do poder público e à dificuldade de integração intra e inter-regional.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Turismo, PRT, instâncias de Governança e estado de Goiás.

---

<sup>1</sup> Graduado em Gestão de Turismo pelo do Instituto Federal de Goiás (IFG). E-mail: jonnyinacio@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Gestão de Turismo pelo do Instituto Federal de Goiás (IFG). E-mail: suzyantunes@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora do quadro efetivo da Coordenação de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Goiás (IFG). Orientadora da pesquisa. E-mail: giselialimacarvalho@gmail.com

